



O FAZER PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA DA REDE MUNICIPAL DE TOMÉ-AÇU/PA

THE PEDAGOGICAL WORK IN THE INCLUSIVE SPECIAL EDUCATION OF THE MUNICIPAL NETWORK OF TOMÉ-AÇU/PA

Irisneia Brito e Silva¹

Sindy Rayane de Souza Ferreira²

Valdilene Santos Carvalho de Almeida³

¹Especialista em Educação Especial na perspectiva Inclusiva pela Escola Superior da Amazônia – ESAMAZ.

²Doutora em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal do Pará. Professora substituta na Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA, campus de Tomé-Açu/PA.

³Graduada em Letras Língua Portuguesa pela Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA, campus de Tomé-

RESUMO: Analisar o fazer pedagógico na educação especial inclusiva da rede municipal de Tomé-Açu é o objetivo deste artigo, que é um recorte do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “Desafios e Estratégias no Ensino-Aprendizagem da Educação Especial Inclusiva em escolas municipais de Tomé-Açu”. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, do tipo bibliográfica e de campo, tendo sido utilizada a entrevista semiestruturada para a coleta de dados. Esta pesquisa contou com duas participantes que são professoras do Atendimento Educacional Especializado de duas escolas de ensino fundamental I, ambas localizadas no município de Tomé-Açu/PA. Os resultados alcançados revelam que: O fazer pedagógico na educação especial inclusiva é realizado em parceria; O uso da ludicidade e dos jogos são as estratégias mais indicadas para a realização de práticas exitosas; Inúmeros são os desafios encontrados na educação especialmente na educação inclusiva; Dentre as possibilidades de atuação para superar os desafios estão a oferta de locais adequados para o desenvolvimento das atividades, o fortalecimento da parceria família-escola; e A necessidade de reinvenção diária do professor sinalizando para a formação continuada dos educadores.

Palavras-chave: Educação Especial Inclusiva; Fazer Pedagógico; Rede Municipal de Ensino.

ABSTRACT: To analyze the pedagogical work in inclusive special education in the municipal network of Tomé-Açu. is the objective of this article, which is an excerpt from the Course Completion Work entitled “Challenges and Strategies in Teaching-Learning of Inclusive Special Education in municipal schools of Tomé-Açu”. It is a qualitative research, of the bibliographical and field type, for the collection of data used the semi-structured interview. This research outlines two participants who are teachers of Specialized Educational Assistance at two elementary schools, both located in the municipality of Tomé-Açu - Pará. The research revealed the following results: the pedagogical work in inclusive special education is carried out in partnership; The use of ludicity and games are the most suitable strategies for carrying out successful practices; Countless are the challenges found in education, especially in inclusive education; Among the possibilities of acting to overcome the challenges are the offer of adequate places for the development of activities, the strengthening of the family-school partnership and; The teacher's need for daily reinvention signaling the continuing education of educators.

Keywords: Inclusive Special Education; Do Pedagogical; Municipal Education Network.

1 INTRODUÇÃO

A educação especial inclusiva é firmada no espaço escolar por meio da gestão de políticas de Estado e de políticas escolares que viabilizem estratégias de ensino eficientes. Se a execução competente de processos didáticos estimula a capacidade de desenvolvimento dos alunos, sobretudo, da educação especial, cabe aqui perguntar quais práticas têm sido adotadas na educação especial inclusiva da rede municipal de Tomé-Açu/PA. Por essa razão, o objetivo deste artigo é analisar o fazer pedagógico na educação especial inclusiva da rede municipal de Tomé-Açu/PA. O aporte teórico desta pesquisa está baseado em Brasil (2008), Mantoan (2011), Bassa (2014), Santana (2016) e Minayo (1994).

No primeiro momento, a pesquisa foi composta pela fase exploratória com a revisão da literatura relacionada ao tema. No segundo momento, a pesquisa foi composta pela fase do trabalho de campo com a realização da coleta dos dados e, no terceiro momento, a pesquisa foi constituída pela fase de tratamento do material a partir da análise das informações obtidas.

O artigo está organizado da seguinte maneira: no primeiro momento há um breve diálogo sobre Educação Especial Inclusiva; em seguida, a metodologia com as especificidades da pesquisa; na sequência, os resultados e discussões; por último, as considerações finais.

2 UM BREVE DIÁLOGO SOBRE EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA

A educação tem como finalidade última melhorar a vida das pessoas, entretanto, não houve garantia do direito à educação às pessoas com deficiência por um longo período, ficando estas historicamente excluídas de diversos espaços de socialização. A deficiência era vista como um problema da pessoa que a portava, sofrendo, portanto, julgamento e discriminação.

A deficiência (terminologia dada às pessoas que apresentavam necessidades educacionais especiais) foi, inicialmente, considerada um fenômeno metafísico, determinado pela possessão demoníaca, ou pela escolha divina da pessoa para purgação dos pecados de seus semelhantes. A Inquisição Católica e posteriormente, de rigidez moral e ética, da

Reforma Protestante, contribuíram para que as pessoas com deficiência fossem tratadas como personificação do mal, portanto, passíveis de castigos, torturas e mesmo de morte (HENNEMANN, 2012, p. 1).

Nas discussões propostas por Miranda (2019) é possível observar que, mesmo no início do século XX, as pessoas com deficiência sofriam por serem abandonadas por seus familiares, perseguidos, eliminados e excluídos, em decorrência das suas condições atípicas. Isso se dava porque a sociedade normalizava essas discriminações. Ainda que algumas instituições que atendiam esse público já tivessem surgido, a segregação permanecia.

A exclusão e a discriminação permaneceram contra as pessoas com deficiência através das suas experiências, especialmente porque muitas delas eram tratadas com superstição em decorrência dos seus estados físicos e mentais. “Os investimentos na organização de serviços e programas de atenção às necessidades individuais específicas desta coletividade têm sido insuficientes e inadequados” (SANTANA, 2016, p. 4).

Em vários momentos, essa visão excludente e preconceituosa chegou inclusive a ser positivada na legislação de alguns povos como, por exemplo, no Código indiano de Manu (1.500 a.C), onde as pessoas com deficiência eram proibidas de suceder, tal como determinado em seu art. 612: “os eunucos, os homens degradados, os cegos, surdos do nascimento, os loucos, idiotas, mudos e estropiados, não serão admitidos a herdar” (DAMASCENO, 2015, p. 5).

De acordo com Nunes et. al. (2015), as primeiras noções de legislação que atenderam as pessoas com deficiência foram na Revolução Industrial, quando várias pessoas passaram a sofrer amputações nas fábricas, no momento de trabalho. Naquele cenário, algumas leis passaram a surgir visando garantir a seguridade daquelas pessoas em situação de reabilitação.

As primeiras instituições que atenderam as pessoas com deficiência surgiram na Europa e nos Estados Unidos, e tinham caráter educacional e de saúde. Muitos brasileiros que viajavam para esses locais passaram a observar tais instituições e buscaram implantá-las no Brasil, entre as quais é preciso destacar a instauração do Instituto dos Meninos Cegos, fundado na cidade do Rio de Janeiro, em 1824.

Segundo Mantoan (2011), essas instituições foram trazidas por brasileiros que estavam dispostos a organizar e a implementar ações isoladas e particulares, mas que não estavam ligadas a políticas públicas, e sim assistencialistas. “Não podemos, pois, desconsiderar as iniciativas de caráter privado e beneficente lideradas pelos pais no atendimento clínico e escolar de pessoas com deficiência assim como na formação para o trabalho (protegido)” (MANTOAN, 2011, p. 4).

Para Romero e Souza (2008), essas instituições foram importantes por marcar o início da implantação de instituições filantrópicas e assistencialistas no país, colocando a rede privada como um marco no processo educacional da educação especial, da mesma forma que serviram para a discussão sobre a implantação de políticas públicas para as pessoas com deficiência.

Ao longo dos anos, a necessidade da oferta de um serviço educacional capaz de atender as demandas específicas dos alunos em escola pública impulsionou a criação de diversas políticas em prol da educação especial. A defesa pelo direito e acesso à educação ofertada pelo Estado passou a ser garantida na Constituição Federal de 1988, a qual estabelece no Artº 5 que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros, residentes no País, a inviolabilidade do direito à vida, liberdade, igualdade, segurança e propriedade.

A partir da Constituição Federal de 1988, foi criada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN – Lei 9.394 de 1996), cujo Art. 56 assegura que Educação Especial é uma modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Em 2008, foi implementada a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva para orientar os sistemas de ensino, visando o acesso, a participação e aprendizagem dos alunos com necessidades educativas especiais nas escolas regulares.

Essa Lei objetiva garantir:

A transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior; Atendimento educacional especializado; Continuidade da escolarização nos níveis mais elevados de ensino; Formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar; Participação da família e da comunidade; Acessibilidade urbanística e arquitetônica, nos mobiliários, nos transportes, na comunicação e informação; e Articulação intersetorial na implementação de políticas públicas (BRASIL, 2008, p. 8).

De acordo com as Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica:

A educação especial é uma modalidades de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular (BRASIL, 2008, p. 1).

A educação especial, enquanto modalidade de ensino, sendo ofertada preferencialmente na rede regular de ensino, constitui um marco para a inclusão na área da educação. O Atendimento Educacional Especializado – AEE tem a função de “identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas” (BRASIL, 2008).

De acordo com os pesquisadores Ferreira e Sangalli (2020), as mudanças que cercam a educação especial ocorreram a níveis nacionais e internacionais, através de declarações, leis e resoluções, dentre outros, que tinham o objetivo de assegurar os direitos das pessoas com deficiência.

A inclusão do público-alvo da educação especial nos espaços educativos depende da criação e implementação de políticas públicas tanto de Estado quanto escolares. É necessário que a escola esteja preparada, com professores qualificados, espaços acessíveis e equipamentos que atendam às necessidades dos mesmos. Nesse sentido, “para uma Educação Inclusiva, as barreiras existentes no recinto escolar precisam ser superadas pelos seus atores, profissionais, alunos, pais, agentes da comunidade e parceiros” (BATISTA; CARDOSO, 2020, p. 5).

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa possui abordagem qualitativa, pois “ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado” (MINAYO, 1994, p. 21). Caracteriza-se como pesquisa bibliográfica. Nas últimas décadas, a pesquisa bibliográfica vem sendo cada vez mais utilizada por pesquisadores, por estarem relacionadas às temáticas pesquisadas. De acordo com Alves (2015, p. 10):

Para se ter qualidade na pesquisa científica e evitar erros é imprescindível uma boa revisão bibliográfica. Ao articular sobre qualquer tema, há autores que são obrigatórios e ao fazer uma boa revisão é possível determinar quem eles são e quais são os métodos mais qualificados para serem utilizados naquela área de pesquisa e definir o que já foi feito e o que é preciso fazer.

Na pesquisa bibliográfica, além de trabalhos científicos, foram utilizados Leis e Documentos que tratam da legislação educacional para a educação especial inclusiva, os quais foram importantes para as análises.

Este estudo caracteriza-se também como pesquisa de campo, pois a pesquisa de campo “realiza um momento relacional e prático de fundamental importância exploratória” (MINAYO, 2001, p. 8). A entrevista semiestruturada foi utilizada como instrumento de coleta, e a análise dos dados obtidos baseou-se no método hermenêutico-dialético. Segundo Minayo (1994, p. 77), “nesse método a fala dos atores sociais é situada em seu contexto para melhor ser compreendida”.

A pesquisa teve como público-alvo duas professoras do Atendimento Educacional Especializado - AEE) de duas escolas de ensino fundamental I, de médio porte, localizadas no município de Tomé-Açu/PA. O critério utilizado para a seleção das escolas foi o tempo de atuação no AEE que as professoras possuem. As professoras que participaram da pesquisa são identificadas no trabalho como A e B, a fim de preservar a identidade das entrevistadas.

Pontua-se que esta pesquisa se deu em três etapas: No primeiro momento, a pesquisa foi composta pela fase exploratória com a revisão da literatura relacionada ao tema. Inicialmente foram

selecionados os materiais bibliográficos a serem explorados. A literatura selecionada foi lida com cautela, visando a compreender o que estava sendo discutido para, em seguida, ser utilizado neste trabalho. No segundo momento, a pesquisa foi composta pela fase do trabalho de campo, na qual foram estabelecidos os primeiros contatos e demais procedimentos para a realização da coleta das informações. No terceiro momento, a pesquisa foi constituída pela fase de tratamento do material a partir da organização, categorização e análise dos resultados obtidos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

As categorias destacadas para esta discussão são: a) Como realizam práticas pedagógicas; b) práticas exitosas; c) desafios enfrentados; d) possibilidades de atuação para superar os desafios.

Sobre como desenvolvem as práticas pedagógicas no campo da educação especial inclusiva, as profissionais A e B relataram:

Quadro 1– Como desenvolvem as práticas pedagógicas

Professora A	Professora B
Em parceria com os professores da sala regular através da observação, cria-se uma atividade mais lúdica. Ressaltando a extrema importância da parceria escola e família, pois só assim teremos êxito no aprendizado do aluno.	Sempre através da parceria com o professor da sala regular, somando ideias que possam ajudar no desenvolvimento de cada aluno, criando assim, atividades totalmente voltadas para a ludicidade que irão de fato efetivar o aprendizado de cada aluno com alguma necessidade.

Fonte: Valdilene (2023)

Ficou evidente a parceria existente entre as professoras do AEE e as professoras de sala regular. De acordo com Brasil (2020), “o objetivo do professor do AEE é promover o aprendizado do aluno com necessidades especiais para que ele possa utilizá-lo também na classe comum”. Bassa (2014) acrescenta que “o trabalho desenvolvido na sala multifuncional deve oportunizar autonomia, independência e valorização das ideias dos alunos, desafiando-os a empreenderem o planejamento de suas atividades”.

Também foi citada a existência da importante parceria entre a escola e a família no processo de desenvolvimento das práticas de inclusão dos alunos público-alvo da educação especial –PAEE. Segundo Jhonatan (2019), “o trabalho colaborativo é condição fundamental para que os docentes do AEE possam

identificar possíveis barreiras à aprendizagem e apontar estratégias para que o estudante tenha as mesmas oportunidades de toda a turma”. A família faz parte desse processo, compondo a rede de sujeitos que potencializa o trabalho colaborativo. A esse respeito, Virginio (2020, p. 3) pontua que “a educação sempre ocupou um espaço importante na sociedade, na qual a escola e a família desempenham papéis fundamentais na transmissão dos conhecimentos”.

Com relação às práticas pedagógicas que consideram exitosas na educação especial, as professoras responderam:

Quadro 2–Práticas pedagógicas exitosas

Professora A	Professora B
Sem dúvidas, a utilização dos materiais lúdicos, jogos etc.	Sem dúvidas nenhuma a utilização e desenvolvimento de jogos lúdicos, que só contribuem para o desenvolvimento destes alunos.

Fonte: Valdilene (2023)

O feedback das entrevistadas apontou o lúdico como um fator significativo para o fazer pedagógico na educação especial inclusiva. A ludicidade favorece a assimilação de conteúdos e o desenvolvimento de outros saberes. Por esse motivo ela deve ser frequente nos momentos do atendimento educacional especializado, nas aulas regulares e demais ações propostas pela escola. De acordo com Bassa (2014, p. 9), “os jogos educativos facilitam o processo de ensino-aprendizagem. São desafiantes e auxiliam o aluno a construir o seu conhecimento”.

A respeito dos desafios que enfrentam para garantir um processo de ensino-aprendizagem inclusivo, as professoras A e B afirmaram que:

Quadro 3–Desafios enfrentados pedagógicas

Professora A	Professora B
Inúmeros são os desafios na educação, e se tratando de educação inclusiva, os desafios só aumentam, pois muitos são os fatores que podem contribuir, tanto para o aprendizado quanto para dificultar esse processo na vida do aluno com algum tipo de deficiência.	Desafios sempre existirão, porém cabe a cada um de nós educadores, buscamos as melhores soluções para vencermos essas barreiras que possam estar dificultando o processo de aprendizado do aluno com deficiência.

Fonte: Almeida (2023)

A partir das respostas das professoras, foi possível notar que os desafios não foram citados, mas ambas afirmaram que eles existem e interferem no trabalho e no desenvolvimento dos alunos. É

preciso salientar que os desafios não superados se tornam um problema no percurso do trabalho dos educadores, deixando-os limitados frente às diferentes estratégias que poderiam ser adotadas. Brasil (2020) destaca que “um dos principais desafios do atendimento educacional especializado é a integração com família, gestão escolar e professores da classe comum”.

No tocante às possibilidades de atuação para que sejam superados os desafios enfrentados na educação especial, as professoras A e B responderam:

Quadro 4–Possibilidades de atuação para superar os desafios

Professora A	Professora B
1º o incentivo dos pais. 2º parceria da família com a escola. 3º o trabalhar na dedicação do próprio aluno. Tudo isso irá facilitar no desenvolvimento e aprendizado destes.	Primeiramente locais adequados para o desenvolvimento das atividades com esses alunos. 2º a união total da escola com a família destes, procurando apoiar e incentivar sempre o processo de aprendizagem destes. 3º A reinvenção diária do educador, procurando sempre estimular o aprendizado do(s) seu(s) aluno(os).

Fonte: Almeida (2023)

Dentre as formas de superação dos desafios na educação especial inclusiva, as falas das entrevistadas destacaram aqui pautas relevantes como a criação de locais adequados para o desenvolvimento das atividades com esses alunos e a reinvenção diária do educador. Os relatos revelaram lacunas entre as políticas elaboradas pelo Estado e a realidade escolar.

A inacessibilidade arquitetônica ou a indisponibilidade de recursos, bem como a escassez de formação docente constituem barreiras para a inclusão e não podem ser negligenciadas pelo poder público. Vale destacar aqui que, embora tenha sido constatada a existência da parceria entre a família e a escola no desenvolvimento das práticas pedagógicas, essa relação ainda se apresenta como um desafio no cenário da educação especial inclusiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fazer pedagógico na educação especial inclusiva da rede municipal de Tomé-Açu/PA necessita de maior articulação entre os entes federados e a escola. Constatou-se que o fazer pedagógico na educação especial inclusiva é realizado em parceria e, dentro deste trabalho colaborativo, fazem parte as professoras do

Atendimento Educacional Especializado, os professores de sala regular e a família; O uso da ludicidade e dos jogos são as estratégias mais indicadas para a realização de práticas exitosas; Inúmeros são os desafios encontrados na educação especialmente na educação inclusiva; Dentre as possibilidades de atuação para superar os desafios estão a oferta de locais adequados para o desenvolvimento das atividades, o fortalecimento da parceria família-escola, pois esta ainda é considerada um terreno frágil e; A necessidade de reinvenção diária do professor sinalizando para a formação continuada dos educadores.

Conforme visto anteriormente, cabe à Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva: Garantir a acessibilidade urbanística e arquitetônica, nos mobiliários, nos transportes, na comunicação e informação; garantir a participação da família e da comunidade e garantir formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar.

Portanto, há falhas na materialização das propostas da referida política de Estado em políticas escolares, evidenciando potentes barreiras para o fazer pedagógico da educação especial inclusiva na rede municipal de Tomé-Açu/PA.

REFERÊNCIAS

ALVES, V.C.S. **Revisão bibliográfica**: importância e métodos aplicados à administração. TCC (graduação) – curso de administração, FATECS, Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em <https://repositorio.uniceub.br>. Acesso: em 27 de jan. de 2023.

BASSA, N. F. C. In: PARANÁ. Secretaria de Estado do Paraná. Programa de Desenvolvimento Educacional. **Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE**: Contribuições metodológicas para a sala de recursos. Universidade Federal do Paraná, 2014. Curitiba: SEED/PR., 2014. v.2. (Cadernos PDE).

BATISTA, L. A.; CARDOSO, M. D. de O. Educação Inclusiva: desafios e percepções na contemporaneidade. **Revista Educação Pública**, v.

20, nº 44, 17 de nov. de 2020.

BRASIL. Lei nº 9394, de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**. Brasília – DF, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica**. Decreto nº 6.571, 18 de setembro de 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Atendimento Educacional Especializado: o que é, para quem é e como deve ser feito**. 2020.

DAMASCENO, L. R. da S. Direitos humanos e proteção dos direitos das pessoas com deficiência. Evolução dos sistemas global e regional de proteção. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 20, nº 4320, 30 de abr. de 2015.

FERREIRA, A. M.; SANGALLI, A. As diretrizes da Educação Especial e Inclusiva nas escolas ribeirinhas. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 05, Ed. 08, Vol. 07, agosto de 2020.

HENNEMANN, A. L. **Trajetória da Educação Inclusiva**. Neurociências em benefício da educação, 2012. Disponível em <https://neuropsicopedagogianasaladeaula.blogspot.com>. Acesso: em 25 de jan. de 2023.

JHONATAN, A. O papel dos professores de AEE na criação de uma cultura inclusiva nas escolas. **Diversa**, 2019. Disponível em <https://diversa.org.br>. Acesso em: 20 de jan. de 2023.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. A Educação Especial no Brasil – Da Exclusão À Inclusão Escolar, 2011. Disponível em <https://www.sinprodf.org.br>. Acesso em: 21 de jan. de 2023.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MIRANDA, F.D. **Aspectos históricos da educação**

inclusiva no Brasil. Pesquisa e Prática em Educação Inclusiva, Manaus, v.2, n. 3, jan./jun. 2019.

NUNES, S. de S. et. al. Educação Inclusiva: Entre a História, os Preconceitos, a Escola e a Família. **Psicologia Ciência e Profissão**, Alfenas – MG, 35(4), 1106-1119. Out. de 2015.

ROMERO, R. A. S.; SOUZA, S. B. **Educação Inclusiva:** Alguns marcos históricos que produziram a educação atual, 2008. Disponível em <https://silo.tips>. Acesso em: 23 de jan. de 2023.

SANTANA, A. S. A. **Educação inclusiva no Brasil:** trajetória e impasses na legislação, 2016. Disponível em <https://portal.fslf.edu.br>. Acesso em: 07 de fev. de 2023.

VIRGINIO, R. M. A. A integração entre pais e escola: a influência da família na educação infantil. Anais Educação e Formação Continuada na Contemporaneidade. Anais...Natal (RN) Evento on-line - Amplamente Cursos, 2019.